



# PANORAMA NACIONAL EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO POR ENTIDADES DE APOIO TÉCNICO E EXECUTIVO

Deise Cristiane Maier; Guilherme Fernandes Marques  
UFRGS

## INTRODUÇÃO

O ente do SINGREH previsto para prestar o suporte aos comitês são as Agências de Água, que não chegaram a ser criadas no Brasil conforme o modelo previsto na Lei 9.433/97 (BRASIL, 1997). Em resposta, verificamos no país soluções alternativas diversas, conforme os diferentes contextos sócio-políticos regionais. Entretanto, o objetivo comum sempre envolve a efetividade das ações, presença na bacia hidrográfica e a execução de “serviços de gestão” que são atividades de governança necessários para atender os objetivos da Lei 9.433/97 (MARQUES *et al.*, 2018). A execução destes serviços por diferentes arranjos de apoio aos comitês, como o destacado em Pavão *et al.* (2013) e Costa *et al.* (2018) trouxeram fortalecimento para a gestão participativa, tornando a gestão de recursos hídricos mais integrada e eficiente para recuperação da qualidade ambiental da bacia. Dentre as alternativas de arranjos institucionais, diferentes modelos jurídicos são segregados conforme Granziera (2007): Agência de Água (autarquia, fundação pública e consórcio público de direito público) e Entidades Delegatárias (associação civil sem fins lucrativos, fundação de direito privado, consórcio público com personalidade jurídica de direito privado). Neste contexto, o objetivo deste artigo foi obter um panorama nacional de modelos e práticas em prestação de serviço de gestão por entidades de apoio técnico e executivo aos comitês de bacias hidrográficas.

## METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos adotados foram:

- revisão da legislação na temática referente à entidade de apoio técnico e executivo aos comitês;
- pesquisa documental dos arranjos nacionais existentes;
- realização de entrevistas com especialistas em gestão de recursos hídricos;
- aplicação de questionários aos gestores das entidades.

Os temas abordados foram os fatores que contribuem para complexidade da gestão, as limitações e vantagens do modelo existente ou sugerido, fontes de recursos para custeio, contratação de gerenciadoras e divisão entre atividades finalísticas e administrativas, entre outros assuntos.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A criação das Agências de Água é condicionada à prévia existência do Comitê e à viabilidade financeira pela cobrança do uso dos recursos hídricos. Em nível federal, a Lei 10.881/2004 regulamenta contratos de gestão celebrados entre a ANA e entidades sem fins lucrativos (entidades delegatárias). Isto posto, há arranjos já existentes que passam a ter as funções de Agências de Água e organismos criados para esta função. O quadro 1 contempla algumas alternativas adotadas no Brasil, a área abrangida e seus respectivos modelos jurídicos.

Quadro 1: Modelos de Entidade de Apoio Executivo e Técnico aos Comitê de Bacia

Experiências de entidades de apoio aos comitês		Unidades de gestão/ ano criação	Modelo jurídico
Fe d.	ANA - Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico	Brasil/ 2000	Autarquia sob regime especial
Estadual	COGERH - Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos	Ceará/ 1993	Sociedade de economia mista
	AGERH - Agência Estadual de Recursos Hídricos	Espírito Santo/ 2013	Autarquia personalidade jurídica de direito público
	IAT - Instituto Água e Terra	Paraná/ 2009 (Instituto das Águas do Paraná)	Órgão executivo gestor do Sistema. Concessão de outorgas, SI, Planos e Secretaria executiva
	ADASA - Coordenação de Agência de Bacias Hidrográficas (CABH)	Distrito Federal 2004 (Estado e Município)	Agência reguladora e fiscalizadora do ciclo completo do uso da água (água e saneamento)
Bacias Interestaduais	AGEVAP – Agência da Bacia do Rio Paraíba do Sul	CEIVAP/ 2002	Associação de direito privado
	Instituto BioAtlântica	Bacia do Rio Doce/ 2002	Associação civil sem fins lucrativos
	Agência Peixe Vivo	Comitê Federal da B. H. do Rio São Francisco/ 2006	Associação civil
	Agência das Bacias PCJ	Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí/ 2009	Fundação de direito privado
Bacias estaduais	ECOPEF Santa Catarina	CBH do Rio das Antas – Peperiguaçu, do Rio Chapecó – Irani, Rio Jacutinga e Contíguos e Rio do Peixe 2007	Entidade Executiva OSCIP – Em 2018 firmou Termo de Colaboração para prestação de serviços de suporte aos comitês
	AGEPARDO - Associação Pró-Gestão das Águas	Rio Pardo/ 2020	Direito Privado; sem cobrança na bacia

### Percepções obtidas nas entrevistas e nos questionários

#### Entrevistas Especialistas:

- Dificuldades: conflitos, arranjo político-institucional, capacidade econômica financeira, diferentes, uso do recurso público, falta de foco, pulverização de projeto e desnivelamento educacional dos atores;
  - Modelos sugeridos: depende do modelo institucional e da capacidade de pagamento, Bacia Alto Iguaçu, Consórcios, Organização de direito privado e Agência pública para bacias estratégicas.
  - Gerenciadoras: (+) contratar conforme a demanda e aumenta o desembolso, depende da escala e (-) alta rotatividade não gera confiança, terceirização não é muito eficaz.
  - Recomendações: evitar a pulverização de ações, constituir uma instituição forte, pessoas capacitadas, reunião do CBH só com pauta , utilizar o apoio de Universidades, se abrir para outros setores, como saneamento e focar em políticas predeterminadas.
- #### Questionários Gestores de Agência/ ED:
- Complexidade: base de dados, recurso público, burocracia e custo inicial de instalação.
  - Limitações: repasse dos recursos, valores insuficientes, criação de CBHs antes de SI consolidado e de sustentabilidade financeira, responsabilidade dos entes, modelo híbrido e diferentes legislações estaduais.
  - Vantagens dos modelos: agilidade na execução dos projetos, liberdade de contratação, execução e fiscalização (Economia Mista). Integração com o sistema de gestão ambiental (Estadual); participação de membros dos Comitês, facilitando a integração, a cooperação e a governança em âmbito da bacia (Fundação); a facilidade de obtenção de informações (Autarquia de regime especial);
  - Recomendações: contratação de gerenciadoras, evitar a pulverização dos recursos, equipe bem treinada.

## CONCLUSÃO

Os modelos e práticas de apoio aos comitês pesquisados retratam soluções positivas em prol de uma gestão de recursos hídricos integrada e eficiente. A indagação em ser organismo público ou entidade privada e a escala a ser adotada refletem que não há um arranjo único, mas um mosaico de modelos de Agências de Água e entidades de acordo com as particularidades de escalas regionais. Em suma, gestores de entidades citam limitações como falta de sustentabilidade financeira, responsabilidade dos entes e diferentes legislações estaduais. A diferente dominialidade é um fator de complexidade pontuado nas entrevistas, que citam também o uso do dinheiro público e as diferentes demandas dos comitês. Além disso, percebeu-se indagações sobre a contratação de gerenciadoras, quanto ao capital intelectual/humano permanente nas entidades e a terceirização de serviços de gestão. Todavia, evitar a pulverização de projetos como ressaltado nas entrevistas é corroborado em Silva & Amorim (2019) que afirmam que entre os fatores que prejudicam a sustentabilidade das entidades e dos comitês está a fragmentação territorial e a pulverização dos recursos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. *Lei nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997*. 1997. Política Nacional de Recursos Hídricos. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9433.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9433.htm). Acesso em: 18 fev. 2020.

BRASIL. *Lei no 10.881, de 9 de junho de 2004*. 2004. Dispõe sobre os contratos de gestão entre a Agência Nacional de Águas e entidades delegatárias das funções de Agências de Águas relativas à gestão de recursos hídricos de domínio da União e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.881.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.881.htm). Acesso em: 30 mar. 2020.

COSTA A. C. *et al.* Aplicação dos Recursos da Cobrança pela Entidade Delegatária: O Caso da Bacia do Rio Paraíba do Sul. In: III SIMPÓSIO DE RECURSOS HÍDRICOS DA BACIA DO RIO PARAIBA DO SUL, 2018. *Anais [...]*. Juiz de Fora - MG. p. 1-09.

GRANZIERA, M. L. M. *Estudo de alternativas para o modelo jurídico-institucional da Agência da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco*. 2007. Disponível em: <http://arquivos.ana.gov.br/institucional/sag/CobrancaUso/Agencias/Textos/PRODUTO4-AGENCIASF-FINAL.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2020.

MARQUES, G. F.; FREITAS, P.; MOLEJON, C.; FORMIGA-JOHNSON, R. M. *Diálogos para o aperfeiçoamento da Política e do Sistema de Recursos Hídricos no Brasil*. v. V – Tema 4: Sustentabilidade Financeira. Brasília: BANCO MUNDIAL, 151 p., 2018. Disponível em: <http://documents1.worldbank.org/curated/en/831541578425644105/pdf/Tema-4-Sustentabilidade-Financeira.pdf>. Acesso em: 04 de ago. 2020.

PAVÃO, W. S. et al. O Contrato de Gestão com Entidades Delegatárias no Estado do Rio de Janeiro: Um Instrumento de Fortalecimento da Gestão Participativa dos Recursos Hídricos. In: XX SIMPÓSIO BRASILEIRO DE RECURSOS HÍDRICOS, 2013. *Anais [...]*. Bento Gonçalves - RS. p. 1-08.

SILVA, O. F.; AMORIM, M. A. Implementação da Política de Recursos Hídricos em Comitês De Bacias Hidrográficas Interestaduais – O Papel Político e a Sustentabilidade Financeira. 2019. In: XXIII SIMPÓSIO BRASILEIRO DE RECURSOS HÍDRICOS, 2019. *Anais [...]*. Foz do Iguaçu. (ISSN 2318-0358).

## AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Pessoal Nível Superior – CAPES – Código de Financiamento 001. Agradecimento ao Programa de Mestrado Profissional em Rede Nacional em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos – ProfÁgua, Projeto CAPES/ANA AUXPE Nº. 2717/2015, pelo apoio técnico científico aportado até o momento.